

Formação e avaliação na SEEDF: caminhos para o fortalecimento da equidade educacional

Luana Lopes dos Santos¹

SEEDF

Brasília, Distrito Federal, Brasil

luana.lopes2@se.df.gov.br

Cleyton Hércules Gontijo²

UnB

Brasília, Distrito Federal, Brasil

cleyton@unb.br

Viviane Carrijo Volnei Pereira³

SEEDF

Brasília, Distrito Federal, Brasil

carijovivi@gmail.com

Resumo

Este relato descreve uma experiência formativa realizada em duas escolas públicas do Ensino Fundamental – anos iniciais – do Distrito Federal, no âmbito do projeto *Eape Vai à Escola*, com foco no uso pedagógico das avaliações em larga escala, especialmente as do Saeb. Participaram 50 professores, que responderam a um questionário diagnóstico composto por questões abertas e fechadas. Os resultados revelaram que 58% possuem conhecimento parcial sobre o Saeb e 52% nunca tiveram contato com seus descritores. Em relação às demandas formativas, destacaram-se: formação continuada (46%), atividades práticas e simulados (20%), recursos didáticos e apoio técnico (14%), incentivo da gestão escolar (10%) e outras reflexões (10%). A análise evidencia a necessidade de ampliar o acesso dos docentes a formações contextualizadas e práticas, além de fortalecer uma cultura institucional que valorize o uso pedagógico da avaliação externa para a promoção das aprendizagens e da equidade educacional.

Palavras-chave: Saeb, formação docente, equidade.

¹ Deus, SEEDF e coautores.

1 Introdução

Nas últimas décadas, observa-se a ampliação das avaliações educacionais em larga escala, impulsionada por políticas fundamentadas nos princípios da *accountability* — que envolvem a exigência de prestação de contas e a responsabilização dos sistemas educacionais e das escolas pelos resultados obtidos — bem como pela pressão internacional por padrões de qualidade, especialmente entre países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Nesse contexto, avaliações como o Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA), coordenado pela OCDE, passaram a influenciar diretamente as políticas educacionais ao fornecer dados comparáveis internacionalmente sobre aprendizagem, equidade e qualidade (BRASIL, 2020). Tais informações têm sido utilizadas para monitorar metas globais, como as previstas no Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 4 da Agenda 2030, que visa assegurar uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade para todos (UNESCO, 2015).

No Brasil, a criação do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), em 1990, marcou o início de uma política sistemática de monitoramento da qualidade educacional. Desde então, as avaliações externas têm sido amplamente utilizadas como subsídio à formulação de políticas públicas, à transparência dos sistemas e à indução de práticas escolares que favoreçam a permanência e o êxito escolar dos estudantes. Esse movimento ganhou força com o Plano Nacional de Educação (PNE) de 2001, que orientava estados e municípios a instituírem seus próprios sistemas de avaliação, ampliando e contextualizando os dados produzidos pelo Saeb (BRASIL, 2001). De forma complementar, iniciativas recentes do Ministério da Educação, como o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (BRASIL, 2023) e o Programa de Fortalecimento dos Anos Finais do Ensino Fundamental (BRASIL, 2024), integrados ao Pacto Nacional pela Recomposição das Aprendizagens (BRASIL, 2025), reafirmam a avaliação como eixo estruturante das políticas de equidade e garantia do direito à aprendizagem.

Monitorar a qualidade da educação envolve, entre outras ações, verificar em que medida os alunos aprendem. Como afirma Soares (2009), o direito à aprendizagem só é plenamente garantido quando cada estudante desenvolve competências cognitivas compatíveis com o exercício da cidadania e a preparação para o mundo do trabalho. Ou seja, não basta constatar se houve aprendizagem; é necessário avaliar se ela ocorreu em nível adequado. Assim, aprendizagem e desempenho configuram dimensões complementares e indispensáveis. Além

disso, os dados de proficiência dos alunos possibilitam o estudo de outra dimensão da qualidade educacional: a equidade.

Na Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF), em suas Diretrizes de Avaliação Educacional, orientam que os três níveis de avaliação — da aprendizagem, institucional e em larga escala — ocorram de forma articulada, com ênfase na função formativa (SEEDF, 2014). Essa concepção é reforçada pelo Sistema Permanente de Avaliação Educacional do Distrito Federal (SipaeDF), que determina às escolas a elaboração de um plano anual de autoavaliação com base nos resultados das avaliações distritais, nacionais e internacionais (SEEDF, 2024).

Na SEEDF, a formação continuada é concebida como parte integrante das políticas educacionais e deve estar alinhada às diretrizes e metas da rede pública de ensino. A Unidade-Escola de Formação Continuada dos Profissionais da Educação (EAPE) é a unidade da Subsecretaria de Educação Básica (Subeb) responsável por coordenar essas ações formativas, promovendo o aprimoramento da prática pedagógica em articulação com os objetivos institucionais. Dentre os projetos desenvolvidos, destaca-se o projeto Eape Vai à Escola (EVAE), que realiza visitas às unidades escolares durante os horários de coordenação pedagógica, atendendo a demandas específicas de formação continuada docente. Esses momentos são entendidos como espaços de reflexão crítica sobre a prática docente, com base em evidências educacionais e no compromisso com a aprendizagem e a equidade.

Assim, este relato descritivo tem como objetivo compartilhar a experiência formativa realizada por meio do EVAE em duas escolas públicas de anos iniciais do Ensino Fundamental da SEEDF. As ações formativas abordaram a compreensão e o uso pedagógico das avaliações em larga escala, especialmente do Saeb, envolvendo 50 professores nos turnos matutino e vespertino, com visitas realizadas ao longo do mês de maio de 2025. A seguir, apresenta-se a metodologia adotada para o planejamento e o desenvolvimento dessa ação.

2 Metodologia

Com o objetivo de suscitar reflexões e orientar a construção da proposta formativa, os professores participantes responderam previamente a um questionário composto por 10 questões abertas e fechadas. O instrumento teve como finalidade identificar os conhecimentos prévios dos docentes acerca da avaliação em larga escala, com ênfase no Saeb. As perguntas abordaram aspectos como a concepção dos professores sobre o Saeb, sua estrutura, finalidades, formas de utilização dos resultados no contexto escolar, bem como os principais desafios percebidos para sua apropriação pedagógica.

O tratamento dos dados foi realizado por meio de uma abordagem mista. As respostas fechadas foram analisadas quantitativamente, calculando-se percentuais e distribuições que permitiram identificar tendências e perfis gerais do grupo. Já as respostas abertas passaram por análise qualitativa, utilizando a técnica de análise de conteúdo com categorização temática, para identificar padrões, temas recorrentes e percepções significativas dos participantes.

Para este relato, selecionou-se três dimensões para análise detalhada: o grau de familiaridade dos professores com o Saeb, a familiaridade dos professores com os descritores do Saeb e os apoios ou ações de formação considerados necessários para o melhor aproveitamento dos dados da avaliação.

A seguir, apresentam-se os resultados dessa análise, estruturados para refletir esses eixos temáticos e subsidiar a reflexão sobre o uso da avaliação em larga escala no contexto escolar.

3 Resultados e Discussões

3.1 Sobre o grau de familiaridade dos professores com o Saeb

Quando perguntados se tinham conhecimento sobre os objetivos e a estrutura do Saeb, foi identificado que a maioria dos professores (58%) possui conhecimento parcial sobre os objetivos e a estrutura do Saeb, enquanto 28% afirmam conhecê-los plenamente e 14% não os conhecem. Isso revela uma lacuna significativa na compreensão aprofundada da avaliação, o que pode dificultar a interpretação dos resultados e seu uso pedagógico. A predominância do conhecimento superficial reforça a necessidade de ações formativas que abordem tanto os aspectos conceituais quanto os práticos do Saeb, favorecendo sua apropriação consciente pelos docentes no planejamento e na melhoria da aprendizagem.

3.2 Sobre o nível de familiaridade ou exposição que os docentes têm com os descritores do Saeb.

Ao serem questionados se já tiveram contato com os descritores utilizados nas avaliações do Saeb, 52% dos professores afirmaram que não, enquanto 48% relataram ter tido essa experiência. O dado indica que mais da metade dos docentes desconhece esse importante recurso, o que sugere a ausência de seu uso nas práticas pedagógicas cotidianas, especialmente com finalidade formativa. Os descritores estabelecem a relação entre habilidades cognitivas e conteúdos curriculares, detalhando os conhecimentos esperados dos estudantes. Sua estrutura revela operações mentais — da mais simples à mais complexa — por meio de verbos que orientam o desenvolvimento de competências. Quando apropriados pelos professores, esse recurso permite uma compreensão mais clara dos objetivos de

Formação e avaliação na SEEDF: caminhos para o fortalecimento da equidade educacional

aprendizagem, contribuindo para o diagnóstico das necessidades dos alunos e para o ajuste das estratégias didáticas. Essa prática fortalece a conexão entre avaliação externa e interna, tornando o docente um agente central na promoção da equidade, ao garantir oportunidades de aprendizagem significativas e contextualizadas para todos os estudantes.

3.3 Sobre os apoios ou ações de formação considerados necessários para o melhor aproveitamento dos dados da avaliação

A análise das respostas à pergunta aberta sobre os apoios necessários ao uso pedagógico dos dados do Saeb permitiu identificar cinco grandes categorias de respostas. A mais recorrente (46%) foi a necessidade de formação continuada e capacitação pedagógica, por meio de cursos, oficinas e momentos de estudo sobre o Saeb, seus descritores e relatórios, evidenciando lacunas na formação inicial e permanente. Em segundo lugar (20%), os docentes destacaram a importância de atividades práticas com os alunos, como simulados, que ajudam na familiarização com o formato da prova e no diagnóstico de dificuldades. A terceira categoria (14%) apontou a necessidade de apoio técnico e recursos didáticos, como materiais alinhados aos descritores, acesso à internet e ferramentas digitais. Já 10% das respostas destacaram o papel da gestão e coordenação pedagógica na promoção de uma cultura de análise e uso coletivo dos dados. Por fim, outros 10% trouxeram reflexões diversas, incluindo críticas às avaliações externas e menções a desafios estruturais como falta de tempo e sobrecarga de trabalho. Os dados evidenciam que o uso formativo do Saeb requer não apenas conhecimento técnico, mas também apoio institucional e valorização do trabalho docente.

4 Conclusões e Considerações Finais

A experiência formativa realizada pelo projeto *Eape Vai à Escola* (EVAE), junto a duas escolas dos anos iniciais da rede pública do Distrito Federal, evidenciou a relevância de ações que aproximem os professores das avaliações em larga escala, especialmente o Saeb. Apesar do reconhecimento de sua importância, os dados demonstram que ainda há um distanciamento entre os docentes e o uso pedagógico dos resultados, o que limita o potencial das avaliações como instrumentos de diagnóstico e planejamento.

A pesquisa indicou que a maioria dos professores possui apenas um conhecimento parcial sobre o Saeb, e mais da metade nunca teve contato direto com os descritores que orientam as provas. Essa lacuna compromete a apropriação crítica dos dados e sua aplicação no cotidiano escolar. Além disso, as respostas à pergunta aberta revelaram cinco principais demandas dos docentes: formação continuada, atividades práticas com os alunos, recursos

Formação e avaliação na SEEDF: caminhos para o fortalecimento da equidade educacional didáticos e tecnológicos, apoio institucional e momentos de reflexão coletiva — o que reforça a urgência de articular a avaliação a ações formativas contextualizadas.

Conclui-se que o fortalecimento da função formativa das avaliações em larga escala exige a integração entre formação docente, apoio institucional e uma cultura escolar voltada ao uso pedagógico dos dados. O projeto EVAE demonstrou que iniciativas locais, fundamentadas no diálogo e na prática colaborativa, podem favorecer esse movimento. Para que a avaliação contribua efetivamente com a equidade e o direito à aprendizagem, é necessário que as escolas se apropriem dos dados e atuem de forma ativa na mediação das desigualdades, respondendo às necessidades reais de seus estudantes.

5 Referências

BRASIL. Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. **Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências.** Brasília, DF, 2001.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Relatório Brasil no PISA 2018.** Brasília, DF, 2020.

BRASIL. Decreto nº 11.556, de 12 de junho de 2023. **Institui o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada.** Brasília, 2023.

BRASIL. Portaria nº 635, de 10 de julho de 2024. **Institui o Programa de Fortalecimento para os Anos Finais do Ensino Fundamental da Educação Básica - Programa Escola das Adolescências.** Brasília, 2024.

BRASIL. Decreto nº 12.391, de 28 de fevereiro de 2025. **Institui o Pacto Nacional pela Recomposição das Aprendizagens.** Brasília, 2025.

DISTRITO FEDERAL. Decreto nº 46.032, de 17 de julho de 2024. **Institui o Sistema Permanente de Avaliação Educacional do Distrito Federal (SipaeDF).** Brasília, DF, 2024.

SEEDF. **Diretrizes de Avaliação Educacional: aprendizagem, institucional e em larga escala.** Brasília, DF, 2014.

SOARES, J. F. **Avaliação da qualidade da educação escolar brasileira.** Editora FGV, Rio de Janeiro, p. 215-242, 2009

UNESCO. **Educação 2030: declaração de Incheon e Marco de Ação para a implementação do ODS 4.** Paris, 2015.